

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

ARTIGO 103.º DO REGIMENTO DA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ANTE-PERÍODO LEGISLATIVO DE
OUTUBRO DE 2022



1º. CAPÍTULO - GENERALIDADES

1) Constituição da Comissão

A Comissão de Economia é constituída pelos seguintes Deputados:

a. Partido Socialista (PS)

Carlos Silva

José Ávila

Mário Tomé

Patrícia Miranda

Rui Anjos

Vílson Gomes

b. Partido Social Democrata (PSD)

António Vasco Viveiros

Jaime Vieira

Vitória Pereira

Marco Costa

Paulo Gomes

**c. Centro Democrático e Social
- Partido Popular (CDS/PP)**

Rui Martins

d. Partido Chega (CH)

José Pacheco (sem direito a voto)

e. Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Estêvão (sem direito a voto)

f. Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Barata (sem direito a voto)

g. Partido Pessoas - Animais - Natureza

Pedro Neves (sem direito a voto)

h. Deputado Independente

Carlos Furtado



2) Mesa da Comissão

A Mesa da Comissão de Economia é constituída pelos seguintes Deputados:

Presidente – José Ávila

Relator – Vílson Gomes - até 25 de setembro de 2022

Relatora – Patricia Miranda - a partir de 26 de setembro de 2022

Secretário – Paulo Gomes

2º. CAPÍTULO – PERÍODO DE REFERÊNCIA E REUNIÕES EFETUADAS

O presente relatório diz respeito ao período compreendido entre os dias 5 de setembro de 2022 e 14 de outubro de 2022.

No período em referência, a Comissão de Economia realizou trabalhos, aprovou relatórios e diligências e emitiu pareceres.

3º. CAPÍTULO – REUNIÕES E TRABALHOS EFETUADOS

A Comissão Permanente de Economia reuniu, no dia 13 de setembro de 2022, no dia 26 de Setembro de 2022, no dia 4 de outubro de 2022 e no dia 13 de outubro de 2022, na delegação ALRAA em São Miguel, e com recurso a sistema de videoconferência, com a seguinte ordem de trabalhos:

13 de setembro de 2022

1. Audições no âmbito do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XII (IL) – “Cria a AGRIAZORES - Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

dos Mercados Agrícolas - Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”:

1.1 IAMA - Instituto de Alimentação e Mercados Agrícola, Dr^a. Maria Carolina Câmara;

1.2 IROA, S. A. - Instituto Regional de Ordenamento Agrário S.A, Dr^o. Hernâni Ricardo Costa.

2 Votação da comunicação dos trabalhadores da IROA,S.A., sem representação de comissão de trabalhadores e sindicatos, a manifestarem interesse e disponibilidade para serem auscultados sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XII (IL) – “Cria a AGRIAZORES - Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas - Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”.

3 Audições no âmbito do Projeto de Resolução n.º 132/XII (PS) – “Identificação das áreas territoriais beneficiárias para efeitos de aplicação do Estatuto dos Benefícios Fiscais nos Açores”:

3.1 AMRAA - Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, Dr^o. Alexandre Gaudêncio;

3.2 Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, Dr^o. Marcos Couto.

4 Audição do Diretor Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural no âmbito do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XII (IL) – “Cria a AGRIAZORES - Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas - Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”, Dr. Rogério Lima Ferreira.

5 Apresentação e deliberação de diligências da Anteproposta de Lei n.º 14/XII (PAN) – “Alteração ao Código do Imposto de Rendimento das Pessoas Singulares, vulgo CIRS, para isenção da remuneração complementar regional”.

6 Apresentação e deliberação de diligências do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 65/XII (BE) – “Aumento do acréscimo regional ao salário mínimo”.

7 Outros assuntos.



26 de setembro de 2022

1. Eleição do Relator da Comissão.
2. Audição da UGT-A - União Geral de Trabalhadores dos Açores, no âmbito da Anteposta de Lei n.º 14/XII (PAN) – “Alteração ao Código do Imposto de Rendimento das Pessoas Singulares, vulgo CIRS, para isenção da remuneração complementar regional”, Sr. Manuel Pereira Pavão.
3. Audição dos trabalhadores da IROA, S.A., sem representação sindical e sem representação na comissão de trabalhadores, no âmbito do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XII (IL) – “Cria a AGRIAZORES - Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas - Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”, Sr. Hujo Araújo.
4. Manifestação de desagrado do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas sobre não terem sido auscultados no âmbito do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XII (IL) – “Cria a AGRIAZORES - Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas - Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”.
5. Votação da comunicação dos trabalhadores afetos ao IAMA, IPRA., sem representação em comissão de trabalhadores nem representação sindical, a manifestarem interesse e disponibilidade para serem auscultados sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XII (IL) – “Cria a AGRIAZORES - Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas - Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”.
6. Admissibilidade e eventual deliberação de diligências sobre a Petição n.º 40/XII – “Revogação da taxa turística regional”, apresentada por Rui Correia.
7. Audição do Representante do Governo da República na área das Finanças, no âmbito da Anteposta de Lei n.º 14/XII (PAN) – “Alteração ao Código do Imposto de Rendimento das Pessoas Singulares, vulgo CIRS, para isenção da remuneração complementar regional”.

Não se realizou, por ausencia de resposta ao pedido de audição.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

8. Audição do Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural no âmbito do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XII (IL) – “Cria a AGRIAZORES - Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas - Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”.
9. Audição do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública no âmbito das seguintes iniciativas:
 - 9.1 Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XII (IL) – “Cria a AGRIAZORES - Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas - Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”;
 - 9.2 Projeto de Resolução n.º 132/XII (PS) – “Identificação das áreas territoriais beneficiárias para efeitos de aplicação do Estatuto dos Benefícios Fiscais nos Açores”.
 - 9.3 Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 65/XII (BE) – “Aumento do acréscimo regional ao salário mínimo”;
 - 9.4 Anteproposta de Lei n.º 14/XII (PAN) - Alteração ao Código do Imposto de Rendimento das Pessoas Singulares, vulgo CIRS, para isenção da remuneração complementar regional”.
- 10 Outros assuntos.

4 de outubro de 2022

1. Audições no âmbito da Petição n.º 40/XII – “Revogação da taxa turística regional”:
 - 1.1 Representantes do primeiro peticionário, Dr.º João Pinheiro, da ALA, Dr.ª Andreia Pavão, da AHP, Dr.ª Raquel Franco, da CCIPD ;
 - 1.2 AMRAA - Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, Dr.º. Alexandre Gaudêncio;
 - 1.3 Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dra. Berta Cabral. **Não se realizou por incompatibilidade de agenda.**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

2. Audições no âmbito do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XII (IL) – “Cria a AGRIAZORES - Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas - Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”:
 - 2.1 Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas, Sr. João Decq Mota;
 - 2.2 Trabalhadores afetos ao IAMA, IPRA., sem representação em comissão de trabalhadores nem representação sindical, Beatriz Medeiros, Délia Almeida, Décio Melo, Paulo Pimentel, Pedro Ávila, Susana Viveiros;
3. Apresentação e eventual deliberação de diligências sobre a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 111/XII (IL) – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a integração no domínio público regional dos terrenos e imóveis do denominado e extinto Polígono de Acústica Submarina dos Açores (PASA)”.
4. Audição do Representante do Governo da República na área das Finanças, no âmbito da Anteproposta de Lei n.º 14/XII (PAN) – “Alteração ao Código do Imposto de Rendimento das Pessoas Singulares, vulgo CIRIS, para isenção da remuneração complementar regional”. **Não se realizou, por ausência de resposta ao pedido de audição.**
5. Outros assuntos.

13 de outubro de 2022

1. Apresentação e eventual deliberação de diligências sobre a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 111/XII (IL) – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a integração no domínio público regional dos terrenos e imóveis do denominado e extinto Polígono de Acústica Submarina dos Açores (PASA)”.
2. Votação dos Requerimentos no âmbito do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XII (IL) – “Cria a AGRIAZORES - Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas - Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

- 2.1 Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, a solicitar audiência presencial da Federação Agrícola dos Açores;
- 2.2 Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PPM, a solicitar que seja pedido aos serviços jurídicos da ALRAA a emissão de parecer jurídico referente às questões expostas no requerimento do Grupo Parlamentar.
3. Eventual prorrogação do prazo para emissão de relatório e parecer do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/XII (IL) – “Cria a AGRIAZORES - Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas - Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”.
4. Outros assuntos.

O Grupo de trabalho Furacão “*Lorenzo*” reuniu, no dia 13 de setembro de 2022, na ilha de São Miguel, com a seguinte ordem de trabalhos:

13 de setembro de 2022

1. Visita ao Porto de Ponta Delgada.

4.º. CAPÍTULO – TRABALHOS REALIZADOS

No período em referência a Comissão procedeu à emissão de Relatório e Parecer sobre:

1. Relatório e parecer sobre a Audição n.º 136/XII – “Projeto de Resolução n.º 234/XV (PSD) - Extensão das medidas extraordinárias de apoio ao transporte ferroviário de mercadorias no continente ao transporte marítimo e aéreo de mercadorias de e para as regiões autónomas”;
2. Relatório e parecer sobre o Projeto de Resolução n.º 132/XII – “Identificação das áreas territoriais beneficiárias para efeitos de aplicação do Estatuto dos Benefícios Fiscais nos Açores”;



3. Relatório e parecer sobre a Audição n.º 134/XII – “Projeto de Lei n.º 297/XV (BE) - Cria o Banco Público de Terras Agrícolas”;
4. Relatório e parecer sobre a Anteproposta de Lei n.º 14/XII – “Alteração ao Código do Imposto de Rendimento das Pessoas Singulares, vulgo CIRS, para isenção da remuneração complementar regional”;
5. Relatório e parecer sobre o Projeto de Resolução n.º 116/XII – “Criação de condições para implementação de tarifário tendencialmente único para transportes coletivos”;
6. Relatório e parecer sobre a Audição n.º 132/XII – “Projeto de Lei n.º 280/XV (PS) – “Cria o Banco de Terras e o Fundo de Mobilização de terras”;
7. Relatório e parecer sobre o Projeto de Resolução n.º 120/XII – “Recomenda ao Governo Regional a intervenção na República pelo fim da burocracia no Subsídio Social de Mobilidade nos Açores”;
8. Relatório e parecer sobre o Projeto de Resolução n.º 114/XII – “Recomenda ao Governo Regional intervenção junto dos CTT contra encerramento de lojas CTT nos Açores”;
9. Relatório e parecer sobre o Projeto de Decreto Lei n.º 65/XII – “Aumento do acréscimo regional ao salário mínimo”;
10. Relatório e parecer sobre a Petição n.º 33/XII – “Por um turismo verdadeiramente sustentável nos Açores” ;
11. Relatório e parecer sobre Anteproposta de lei n.º 12/XII – “Estabelece a uniformização e descentralização do Subsídio Social de Mobilidade das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira”;
12. Relatório e parecer sobre Anteproposta de lei n.º 11/XII – “Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do Subsídio Social de Mobilidade atribuído a residentes nas Regiões Autónomas”.
13. Relatório e parecer sobre a Audição n.º 130/XII – “Proposta de Lei n.º 31/XV (GOV) - Procede à alteração do Código dos Impostos Especiais de Consumo, transpondo as Diretivas (UE) 2019/2235, 2020/262 e 2020/1151, e introduz diversas alterações destinadas a reforçar os mecanismos de controlo aplicáveis no âmbito destes tributos”;
14. Relatório e parecer sobre a Audição n.º 80/XII – “Projeto de Decreto-Lei que atribui à Infraestruturas de Portugal S.A, competências para promover, em regime de concessão, as atividades conexas com o sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o continente e as regiões autónomas - MIH (Reg. DL 20/XXIII/2022)”;
15. Relatório e parecer sobre a Audição n.º 78/XII – “Projeto de Decreto-Lei que transpõe a Diretiva (UE) 2021/903, no que respeita a valores limite específicos para a anilina em determinados brinquedos - MEM - (Reg. DL 76/XXIII/2022)”.



5.º. CAPÍTULO – TRABALHOS PENDENTES

Projeto de Resolução:

- Projeto de Resolução n.º 111/XII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a integração no domínio público regional dos terrenos e imóveis do denominado e extinto Polígono de Acústica Submarina dos Açores”.

Projeto de Decreto Legislativo Regional:

- Projeto de Decreto Lei n.º 63/XII – “Cria a AGRIAZORES – Sociedade Regional de Ordenamento do Território Rural e Desenvolvimento dos Mercados Agrícolas - sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando por extinção o Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A., e o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”.

Petições:

- Petição n.º 40/XII – “Revogação da taxa turística regional” – Rui Correia

Assembleia da República:

- Audição n.º 140/XII – “Proposta de Lei n.º 37/XV (GOV) - Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026”;
- Audição n.º 139/XII – “Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2023”;
- Audição n.º 138/XII – “Projeto de Lei n.º 324/XV (PSD) - Estabelece o regime de subsídio aplicável à cabotagem marítima entre as ilhas dos Açores e Madeira e entre estas e o Continente”.

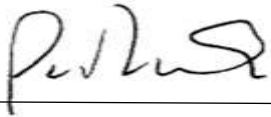


Outros Documentos:

- Audição parlamentar do Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores e do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, para prestarem esclarecimentos, na sequência da avaliação negativa que o CESA faz da execução do PRR-Açores, conforme consta do relatório periódico de monitorização trimestral, relativo ao 2.º trimestre de 2022, elaborado por aquela entidade;
- Audição do Presidente do Conselho de Administração da SATA e da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, para prestar esclarecimentos sobre os dados relativos às contas do primeiro semestre de 2022 da companhia.

Ponta Delgada, 14 de setembro de 2022.

A Relatora



Patricia Miranda O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente



José Ávila